



DOSSIÊ IMPRENSA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência nas páginas do jornal *Folha de São Paulo* no Período Ditatorial (1964-1985)

The Brazilian Society for the Progress of Science in the pages of the newspaper Folha de São Paulo in the Dictatorial Period (1964-1985)

La Sociedad Brasileña para el Progreso de la Ciencia en las páginas del periódico Folha de São Paulo en el Período Dictatorial (1964-1985)

Elizabete Mayumy Kobayashi¹

orcid.org/0000-0003-3778-7532
betekoba@univap.br

Maria Aparecida Papali¹

orcid.org/0000-0002-8234-4266
papali@univap.br

Recebido em: 13 dez. 2022.

Aprovado em: 1 set. 2023.

Publicado em: 22 dez. 2023.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) eram apresentadas nas matérias do jornal *Folha de São Paulo* entre os anos 1964 e 1985, em meio à ditadura militar que assolou o país. As questões principais são qual o destaque dado ao evento pelo jornal e quais os assuntos que ganharam ênfase em meio aos trabalhos apresentados no evento. A escolha desse jornal deve-se ao fato de que era um dos veículos de maior repercussão em São Paulo. O levantamento e análise dessas matérias permitem a elaboração de um mapeamento do posicionamento do jornal em relação às reuniões anuais da SBPC e o valor concedido à cobertura sobre Ciência & Tecnologia em um momento de repressão e de início do processo de redemocratização.

Palavras-chave: ditadura militar; repressão; ciência; jornal.

Abstract: The objective of this article is to analyze how the annual meetings of the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC) were presented in the articles of the newspaper *Folha de São Paulo* between the years 1964 to 1985, in the midst of the military dictatorship that devastated the country. The main questions are what is the highlight given to the event by the newspaper and what subjects gained emphasis among the works presented at the event. The choice of this newspaper was due to the fact that it was one of the vehicles with the greatest impact in São Paulo. The survey and analysis of these articles allow the elaboration of a mapping of the newspaper's position in relation to the annual meetings of the SBPC and the value given to the coverage of Science & Technology at a time of repression and the beginning of the redemocratization process.

Keywords: military dictatorship; repression; science; newspaper.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar cómo las reuniones anuales de la Sociedad Brasileña para el Progreso de la Ciencia (SBPC) fueron presentadas en los artículos del diario *Folha de São Paulo* entre los años 1964 a 1985, en plena dictadura militar, que devastó el país. Las principales preguntas son cuál es el destaque que el periódico le da al evento y qué temas ganaron énfasis entre los trabajos presentados en el evento. La elección de este periódico se debió a que era uno de los vehículos de mayor impacto en São Paulo. El relevamiento y análisis de estos artículos permite elaborar un mapeo de la posición del periódico en relación a las reuniones anuales de la SBPC y el valor otorgado a la cobertura de Ciencia y Tecnología en un momento de represión e inicio del proceso de redemocratización.

Palabras clave: dictadura militar; represión; ciencia; periódico.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Folha de São Paulo: do apoio à resistência ao governo militar

A partir de abril de 1964, o país sucumbe ao golpe civil-militar que vai mergulhar o Brasil em uma ditadura que terá a duração de 21 anos. Vários órgãos, empresários, jornais e revistas e diversos setores da sociedade civil apoiaram de imediato o referido golpe, muitos desses setores mudando de opinião no decorrer dos anos e conforme o regime recrudescia e mostrava sua face mais violenta (DREIFUSS, 1987).

O jornal *Folha de São Paulo* se posicionou favoravelmente à deposição do então presidente João Goulart quando este, em outubro de 1963, tentou decretar um Estado de Sítio no País. O *Estadão*, em seu editorial, chegou a exigir a intervenção das Forças Armadas, como haviam feito em outubro de 1945 e em agosto de 1954 (DIAS, 2011). Segundo Dias (2011), a *Folha de São Paulo* se manifestava de maneira implícita em favor da deposição de João Goulart e da eclosão do golpe. O autor alega que essa postura era comum em vários momentos conflitantes da história do Brasil: "Esse jornal, em quase todos os períodos de sua história teve um aspecto bastante indefinido no que tange à sua posição política. [...] a *Folha*, sempre tentou esperar definições da situação política para depois assumir uma postura" (DIAS, 2011, p. 10).

As reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) eram contempladas pela cobertura da imprensa desde seus anos iniciais. Na ocasião de sua instituição formal, em julho de 1948, jornais como o *Diário da Noite*, por exemplo, comemoravam que a Sociedade compensaria, ao menos moralmente, o desinteresse em relação à ciência de muitos homens públicos e de "homens de recursos financeiros". O jornal carioca *A Manhã*, em 29 de março de 1950, noticiaria a segunda conferência da SBPC como "um grande sucesso" (FIORAVANTI, 2019, p. 63). Cabe uma questão em relação a esse entusiasmo da imprensa. Teria o mesmo comportamento o jornal paulista, aqui escolhido como fonte, em relação às reuniões da Sociedade no período do regime militar?

Desde sua fundação, a Sociedade (2022), além de defender "o avanço científico e tecnológico", bem como o "desenvolvimento educacional e cultural do Brasil", exerce um "papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, e também na difusão e popularização da ciência no País".

As reuniões da SBPC na ditadura militar

No Quadro 1, figuram os homenageados em cada reunião anual da SBPC. Cada um representa um momento dentro da própria movimentação dos militares, da sociedade civil, da SBPC e da Ciência como um todo. Por exemplo: o homenageado da 16ª Reunião, a primeira no regime militar, foi o professor e novo reitor da Universidade de Brasília, Zeferino Vaz. Vaz havia sido nomeado após a intervenção militar na UnB e a renúncia de Anísio Teixeira e Almir de Castro, reitor e vice-reitor, respectivamente. O novo reitor era considerado um "grande administrador e um inovador em questões universitárias, mas apontado como adepto da 'revolução'" (FERNANDES, 2000, p. 120).

O engenheiro de minas, Djalma Guimarães, recebera homenagem na reunião que aconteceria na Universidade Federal de Minas Gerais. Guimarães, mineiro de Santa Luzia, era um respeitado profissional e acadêmico. Na ocasião da 17ª reunião, o engenheiro estava aposentado do serviço público, dois anos depois, pediria exoneração da UFMG e, em 1971, seria "nomeado pelo Ministério de Minas e Energia integrante da comissão responsável por relacionar trabalhos, relatórios técnicos e mapas" (CANAL CIÊNCIA, [2023], n.p.). Raymundo Moniz Aragão, médico e químico, foi reitor da Universidade do Brasil e da UFRJ, entre os anos 1966 e 1969, e ministro da Educação e Cultura, entre junho e outubro de 1966 (BRASIL, 2020).

Em 1968, ano da instituição do Ato Institucional 5 (AI-5), o homenageado seria o advogado e professor Jorge Americano, o qual, em 1934, tomara posse como professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito de São Paulo. Teve uma carreira de sucesso. Foi fundador e primei-

ro diretor do curso de Direito da Universidade Mackenzie. Suas ideias defendiam que deveria haver um “ambiente cultural, onde a idéia de autonomia universitária florescesse, e o ensino de direito fôsse excelente” (RODRIGUES, 1970, p. 30). Em dezembro de 1968, Americano sofreria um derrame e, em fevereiro do ano seguinte, faleceria.

Os homenageados, até o início da década de 1970, possuíam alguma ligação com o governo militar, ocupando cargos como o de reitores, por exemplo. Isso não significava que eram francos apoiadores da repressão. Todos desempenharam suas funções na docência ou na pesquisa com excelência, demonstrando a ambiguidade do regime militar em relação à Ciência e Tecnologia. Em um estudo sobre o tema, Rodrigo Patto Sá Motta enfatiza as relações contraditórias vivenciadas pelo regime militar no que tange ao seu envolvimento com as universidades e com as pesquisas, a oscilação constante entre o autoritarismo e repressão e o impulso modernizador, “Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária” (MOTTA, 2014, p. 7).

À medida que a reabertura democrática ia se tornando mais concreta, os homenageados também seriam outros cientistas que em nada se relacionavam com o regime militar ou, mesmo atuando no serviço público, defendiam a democracia e o fim do Estado de exceção. Entre eles estavam: José Reis, Florestan Fernandes, Johanna Döbereiner, Antônio Cândido, e outros nomes.

No mesmo quadro, é possível observar que os assuntos abordados nas reuniões estavam em dia com a pauta da sociedade civil como um todo e com a sociedade científica especificamente. Na 19ª Reunião Anual, a SBPC (2023, n.p.) relembra que houve uma “concorrida sessão sobre Reforma

Universitária, presidida pelo ex-reitor da UFMG, prof. Aluísio Pimenta, que apresentou um discurso crítico às universidades”. O tema dessa reunião foi “Ensino e pesquisas na Reforma Universitária”. No ano seguinte, 1968, a temática continuaria em torno da Universidade com o tema “Reestruturação da Universidade”. A data também coincidiria com os 20 anos da fundação da SBPC. O então presidente da Sociedade, Maurício Rocha e Silva, discursaria no Teatro Municipal falando sobre a data. Também seria encaminhado ao presidente o “Memorial dos Cientistas Brasileiros”, onde abordava-se a situação da ciência, pesquisa e educação (SBPC, 2023, n.p.). Em 1969, Rocha e Silva discursaria sobre a crise na ciência e a cassação de cientistas. O homenageado defendia que era necessário manter as condições mínimas para que o cientista desenvolvesse sua pesquisa, e que isso se denominava “**liberdade acadêmica**, autonomia universitária, amparo ao pesquisador em tôdas as formas morais ou materiais” (SILVA, 1969, p. 679, grifo do autor). Esse ponto já vinha sendo defendido desde 1966, quando também, homenageado na 18ª Reunião Anual:

A ciência não pode existir onde a pessoa do cientista não fôr respeitada e respeitá-la é seguir as normas do procedimento em relação à Autonomia Universitária. Respeitar a Autonomia Universitária é muito mais que dar as verbas adequadas, no tempo certo, mas muito mais do que isso, é respeitar as regras do jôgo estabelecido no mundo civilizado para as admissões e demissões de professôres. Há hoje uma expressão adotada no mundo inteiro e que é a de admitir ou demitir professores por ‘motivos acadêmicos’. E **só motivos acadêmicos devem importar nas decisões Universitárias** (SILVA, 1969, p. 679, grifo nosso).

Para Rocha e Silva (1969), na ausência dessas condições, era inevitável o constante êxodo de cientistas para países onde as condições de trabalho fossem garantidas.

QUADRO 1 – Homenageados nas Reuniões Anuais da SBPC no período de 1964 a 1985

Reunião	Data	Local	Homenageado	Destaque	Tema
16 ^a	05 a 11 julho de 1964	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP)	Zeferino Vaz	Realizada poucos meses antes do golpe militar. Maior reunião até então. Aumento no número de associados.	
17 ^a	04 a 10 julho de 1965	Universidade de Minas Gerais (UFMG)	Djalma Guimarães	Conferência do governador José de Magalhães Pinto: "Ciência e Governo".	
18 ^a	10 a 16 julho de 1966	Colégio Normal Pedro II e Teatro Carlos Gomes – Blumenau/ SC	Maurício Rocha e Silva	Simpósio comemorativo "Fritz Müller – sua vida e obra". Criação da Sociedade Brasileira de Física.	
19 ^a	09 a 15 de julho de 1967	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Raymundo Moniz Aragão	Concorrida sessão sobre Reforma Universitária, presidida pelo ex-reitor da UFMG, prof. Aluísio Pimenta, que apresentou um discurso crítico às universidades.	Ensino e pesquisas na Reforma Universitária
20 ^a	07 a 13 de julho de 1968	Universidade de São Paulo (USP)	Jorge Americano	Abertura no Teatro Municipal com discurso de Maurício Rocha e Silva sobre os "20 anos da SBPC". Encaminhamento do "Memorial dos Cientistas Brasileiros" ao presidente da República. O documento abordava a situação da ciência, pesquisa e educação.	Reestruturação da Universidade
21 ^a	29 junho a 05 julho de 1969	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Eduardo Zaccaro Faraco	"Ciência em crise" – discurso de Maurício Rocha e Silva contra cassações de cientistas.	
22 ^a	05 a 11 julho de 1970	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Maurício Rocha e Silva	Discurso de Warwick Kerr sobre as conquistas científicas da última década. Comemoração dos 60 anos de Maurício Rocha e Silva.	
23 ^a	04 a 10 julho de 1971	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Alcides Carvalho	Discurso de encerramento do governador Haroldo Leon Peres: "Ciência e Governo".	
24 ^a	02 a 08 julho de 1972	Universidade de São Paulo (USP)	Arthur Mascarenhas Façanha e Antonio Barros de Ulhôa Cintra	Comemoração do centenário de nascimento de Oswaldo Cruz.	

Reunião	Data	Local	Homenageado	Destaque	Tema
25 ^a	08 a 14 julho de 1973	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Aristides Pacheco Leal e Djacir de Lima Menezes	Jubileu de Prata da SBPC. Participação de Albert Sabin, George Porter (Nobel Química, 1967) e Leonard Rieser, da Associação Americana para o Progresso da Ciência (AAAS).	Centenário de Santos Dumont
26 ^a	10 a 17 julho de 1974	SUDENE e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Marcionilo de Barros Lins	Celso Furtado, voltando do exílio, fala sobre o desenvolvimento brasileiro. Discurso de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento. Memorial dos Cientistas Brasileiros ao presidente da República sobre Educação, Ciência e Sociedade.	Situação das Ciências no Brasil
27 ^a	09 a 16 julho de 1975	Universidade de Minas Gerais (UFMG)	Eduardo Osório Cisalpino	Discussão do Acordo Nuclear, em especial pela Sociedade Brasileira de Física (SBF). João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, discursa sobre a política científica do governo.	Responsabilidade Social do Cientista
28 ^a	07 a 14 julho de 1976	Universidade de Brasília (UnB)	Johanna Döbereiner	Participação de cientistas aposentados pelos atos institucionais e manifestação por sua reintegração e com a presença de muitos políticos da oposição. Aumenta participação de cientistas sociais. Críticas duras ao modelo econômico. Importante reação da sociedade civil ao regime.	
29 ^a	06 a 13 julho de 1977	PUC-SP	Maurício Rocha e Silva	Realização graças à mobilização de artistas, jornalistas, população e especialmente, graças a d. Paulo Evaristo Arns ² .	
30 ^a	09 a 15 julho de 1978	Universidade de São Paulo (USP)	José Reis	Leitura de documento do Comitê Brasileiro pela Anistia. Harry Miller Jr., da Fundação Rockefeller, é homenageado por sua atuação no Brasil. Discussão sobre a organização de Associação de Docentes nacional.	

² "Programada para ser na Universidade Federal do Ceará, a Reunião foi proibida pelo governo federal (1º cartaz). Como alternativa, a SBPC solicitou o espaço da USP, também negado por pressões estaduais. Por ação corajosa de Dom Paulo Evaristo Arns, apoiado pela reitora Nadir Kfoury, pode ser realizada na PUC SP (2º cartaz). Perdendo toda a verba oficial, a sociedade foi mobilizada e graças ao apoio de jornalistas, artistas e de parte da população, foram angariados fundos com shows e a venda do cartaz com a figura de Galileu Galilei: eppur si muove (3º cartaz). Assim, a 29ª Reunião Anual foi realizada com recorde de público e é um marco na história da luta pela redemocratização do País. Memorial dos cientistas ao povo brasileiro sobre desenvolvimento científico, liberdade de pesquisa e de expressão e pelas Liberdades Democráticas. Criação da Sociedade Brasileira de Química" (SBPC, 2023).

Reunião	Data	Local	Homenageado	Destaque	Tema
31 ^a	11 a 18 julho de 1979	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Carlos Chagas Filho	Comemoração do Centenário de Albert Einstein.	Dilemas da produção científica no Brasil
32 ^a	06 a 12 julho de 1980	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)		Participação de Paulo Freire, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Paul Singer, Dom Thomás Balduino, entre outros.	Ciência e Educação para uma sociedade democrática
33 ^a	08 a 15 julho de 1981	Universidade Federal da Bahia (UFBA)		Debate sobre a Constituinte.	
34 ^a	06 a 14 julho de 1982	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)		Debate sobre Cubatão: a poluição e seus efeitos.	
35 ^a	06 a 13 julho de 1983	Universidade Federal do Pará (UFPA)		Primeira reunião da SBPC na Amazônia.	
36 ^a	04 a 11 julho de 1984	Universidade de São Paulo (USP)	Florestan Fernandes, Mario Schenberg, Antonio Candido de Mello e Souza e Carlos Chagas Filho	50 Anos da USP. Celso Furtado defende maior integração dos países latino-americanos	Esperança Ainda.
37 ^a	10 a 11 julho de 1985	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Maurício Rocha e Silva	Moção pela suspensão do Acordo Nuclear Brasil / Alemanha. Participação de 7 ministros do Governo Sarney.	Ciência, Tecnologia e Brasil Democrático.

Fonte: Adaptado de SBPC (2023).

As Reuniões Anuais da SBPC figuram de maneira marcante na *Folha de São Paulo*

Sabemos o quanto as ações da mídia podem ser significativas e impactar as sociedades. As opiniões, as coberturas, as notícias em geral que são veiculadas diariamente imprimem características que podem incrementar o diálogo em determinados espaços, reforçar ideologias, perenizar e até criar memórias sociais. Segundo Reinaldo Lindolfo Lohn (2012, p. 123):

A memória social passa a ser composta pelo “discurso da informação”, que representa a sucessão de acontecimentos narrados na

imprensa como parte de uma história vivida, imediatamente memorizada e escrita, a formar conjuntos de crenças e símbolos, regras e práticas, os quais são combinados para significar o real e estabelecer normas sociais, de modo a homogeneizar os imaginários sociais. O discurso jornalístico apresenta-se nas sociedades contemporâneas, não apenas como emissor de informações, mas como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social, o que inclui a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido.

É com esse enfoque de buscarmos compreender “o que deve ser lembrado ou esquecido” que investigamos as páginas do jornal *Folha de São Paulo*, durante os anos cruciais da ditadura militar, procurando distinguir como um periódico

que foi favorável ao golpe implantado em 1964 foi se posicionando em relação a um tema tão caro, como ciência e tecnologia, em uma época em que "modernização e progresso" direcionavam mudanças sociais. Foi possível constatar que a presença da cobertura das Reuniões Anuais da SBPC nas edições do jornal *Folha de São Paulo* entre os anos 1964 e 1985 foi constate. Em todos os anos, sem exceção, o jornal disponibilizou uma equipe de reportagem ou um repórter designado especialmente para acompanhar ou cobrir (no jargão jornalístico) o evento.

Para a análise, selecionamos o título da matéria e o primeiro parágrafo do texto. Na linguagem jornalística, o primeiro parágrafo, ou lide (do inglês, *lead*), contém os principais acontecimentos do fato e busca responder às seis questões: o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? Quem? (ERBOLATO, 1991; PINTO, 2009). Também se considerou outros trechos mais elucidativos da matéria quando o primeiro parágrafo não elucidava o fato. A análise é de natureza qualitativa, embora tenham sido levantados cerca de 700 textos, entre matérias, notas, artigos, e outros. Entretanto a análise enfatizará a matéria com o assunto de maior destaque: a questão atômica, e obedecerá a uma ordem cronológica das reuniões para que seja possível observar como e em que medida as discussões foram acompanhando o processo de redemocratização do país.

O jornalismo, apesar de trabalhar com novidades, apoia-se em rotinas produtivas, em que alguns fatos já fazem parte da agenda da cobertura dos eventos. É assim com datas comemorativas, tais como Natal, Dia das Mães, Finados, Páscoa, entre outros que movimentam a economia, o comércio e as emoções. Nos 21 anos analisados, as Reuniões Anuais da SBPC também integravam a agenda do jornal. Dessa forma, já era um evento previamente agendado no jornal *Folha de São Paulo*. Isso vai ao encontro das rotinas produtivas e também do *agenda-setting*, ou seja, algo que a mídia, no caso específico o jornal impresso, busca colocar como um assunto importante que seja

discutido pelo público. O estudo realizado por McCombs e Shaw sobre a influência da mídia sobre aquilo que o público discutia demonstrava como esta acabava pautando as discussões e o que era importante de ser conhecido:

A mídia é a principal fonte primária de informação política nacional; para a maioria, a mídia de massa oferece a melhor (e única) aproximação facilmente disponível de realidades políticas em constante mudança³ (MCCOMBS; SHAW, 2017, p. 113, tradução nossa).

Os autores analisavam como as notícias sobre as eleições atingiam os eleitores. Este trabalho não contempla a percepção dos leitores, mas partimos da hipótese de McCombs e Shaw de que a mídia acaba escolhendo aquilo que o público deve considerar importante. E as Reuniões da SBPC eram um dos assuntos a serem pautados pela mídia. É importante ressaltar que as matérias buscavam reportar os assuntos discutidos nas reuniões anuais e não representavam, necessariamente o posicionamento dos participantes. Buscava-se uma certa "objetividade jornalística", já que os "*fatos jornalísticos* são um recorte no fluxo contínuo [dos acontecimentos], uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha" (GENRO FILHO, 1987, p. 87, grifo do autor).

De 1964 a 1985, os eventos figuraram em quase todas as capas dos jornais. Em alguns números com menor destaque, com apenas um título "Cientistas em Rib. Preto iniciam hoje reunião" (CIENTISTAS..., 1964, p. 3). Não há menção ao nome da entidade, ou seja, para que o leitor soubesse apenas pelo título, era importante que já tivesse um conhecimento prévio do evento. A indicação de que se tratava da Reunião da SBPC era a palavra "cientistas". Entretanto, para um leitor assíduo do jornal, tratava-se de um evento familiar. Em todos os anos há indicações na maioria das capas com títulos semelhantes: "Começa amanhã reunião da Ciência em BH" (COMEÇA..., 1965, capa); "Cientistas já estão em

³ Do original: "*The media are the major primary sources of national political information; for most, mass media provide the best – and only – easily available approximation of ever-changing political realities*".

SP para reunião anual" (CIENTISTAS JÁ..., 1968, capa); "Cientistas reúnem-se em P. Alegre" (JAGLE, 1964c, p. 5).

Na 16ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Ribeirão Preto, em julho de 1964, o regime militar se fazia presente de maneira violenta. Policiais invadiram o evento para prender o hematologista Michel Rabinovitch e o parasitologista Luiz Hildebrando Pereira da Silva. "O motivo da prisão: ambos seriam comunistas, o que configurava crime nos tempos sombrios que se iniciavam" (FERREIRA, 2019, p. 73). O jornal *Folha de São Paulo* noticiou o evento sob o intertítulo *Prisão de Cientista*. O destaque da matéria foi o nome do vencedor do concurso "Cientista de Amanhã", promovido pela Sociedade. A prisão de Luiz Hildebrando Pereira da Silva ocuparia a última parte da matéria. A matéria destaca que a prisão foi efetuada durante o congresso "sem maiores explicações". O jornal destacava que o presidente da SBPC, Maurício Rocha e Silva, enviara um telegrama ao então reitor da USP, Luís Antonio da Gama e Silva:

Os cientistas reunidos na 16ª. Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fazem um apelo ao magnífico reitor [...], no sentido de interceder junto às autoridades militares para a libertação do professor Luiz Hildebrando Pereira da Silva [...] (JAGLE, 1964a, p. 10).

Dois dias antes, em 10 de julho de 1964, o mesmo jornal publicava a matéria "Cientistas pedem ao governo liberdade para trabalhar" (JAGLE, 1964b). A mensagem aprovada pela entidade fazia um

[...] apelo às autoridades, no sentido de serem estabelecidas condições de trabalho e clima favorável indispensáveis ao desenvolvimento científico do país e, ainda, no sentido de que os cientistas e professores universitários mantidos sob custódia, sem culpa formada, ou demitidos sem qualquer julgamento, retornem às suas atividades (JAGLE, 1964b, p. 9).

A posição do regime militar em relação à Ciência & Tecnologia (C&T) era ambígua. Havia perseguições a vários cientistas. Muitos deles foram demitidos e exilados. Exemplo disso é o próprio

Rabinovitch, que só não foi preso nessa reunião da SBPC porque conseguiu escapar: "estava com viagem marcada para os Estados Unidos; se fosse preso, perderia o estágio. Retornou ao Brasil 33 anos depois" (FERREIRA, 2019, p. 73). O regime militar manteve-se também muito contraditório e autoritário em relação às universidades e às pesquisas acadêmicas. Estudos demonstram o quanto cientistas e universidades brasileiros eram vigiados, visto que o andamento e o próprio teor das pesquisas eram do interesse dos órgãos de vigilância. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 48):

A vigilância exercida pela Comunidade de Informações sobre os meios acadêmicos mirava também uma das atividades-fim das Universidades, a pesquisa. Em várias ocasiões o pessoal das AESI foi mobilizado para obter dados sobre pesquisas em andamento. Previsivelmente, eles tinham mais interesse por temas relacionados à segurança nacional, tanto numa vertente de defesa externa quanto interna. No que toca a assuntos ligados a defesa externa, toda a ênfase recaía sobre a temática nuclear e energética: pesquisas, equipamentos, reservas minerais. Os cientistas brasileiros ligados à área eram constantemente vigiados, inclusive porque alguns dos mais proeminentes entre eles eram considerados esquerdistas e haviam sido punidos pelo regime militar.

A reação da SBPC ao golpe de 1964, num primeiro momento, foi de apreensão e espera. Apesar de o presidente Costa e Silva reconhecer a importância da Ciência & Tecnologia, "os cientistas se sentiram encorajados, mas também desconfiados. Tinham observado mais de uma vez que existe um fosso entre as palavras ou intenções e ação" (FERNANDES, 2000, p. 118).

Cientistas e professores ligados às universidades federais foram perseguidos. Duas delas, com maior ênfase: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB). "Foram expulsões, demissões sumárias, aposentadorias compulsórias, aprisionamentos e até mesmo assassinatos" (FERREIRA, 2019, p. 76). Apesar dessas arbitrariedades, a SBPC fora mantida em funcionamento. Para o presidente da Sociedade entre os anos 1980 e 1981, o físico José Goldemberg, isso devia-se ao fato de que, dentro do governo militar, havia aqueles que defendiam

a importância da C&T como estratégica para a nação e importante para o desenvolvimento econômico do país. Enquanto isso, havia outros que consideravam todos os cientistas como comunistas (FERREIRA, 2019).

A primeira reunião da SBPC no regime militar aconteceria exatamente na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em julho de 1964. Na ocasião, um dos fundadores da Sociedade, e também seu presidente, o médico Maurício Rocha e Silva, era considerado como um integrante dos opositores ao novo regime. Outro citado também como integrante de uma "camarilha vermelha", era o pesquisador Isaias Raw, que integrava a comissão de organização por São Paulo da 16ª Reunião (FERREIRA, 2019, p. 86).

Alguns professores/pesquisadores associados à SBPC eram considerados, pelo regime militar, como subversivos e comunistas. Em carta anônima enviada ao, então, ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, denunciavam-se vários professores da Universidade de São Paulo, especialmente aqueles ligados à Faculdade de Medicina:

Dessa vez são denunciados 35 professores, quatro funcionários e dois estudantes, 'agentes vermelhos da Faculdade de Higiene, Medicina e Filosofia da Univ. S. Paulo [que] continuam na mais franca campanha de ampliação dos quadros do PC [Partido Comunista], recebendo do governo do Estado e se utilizando das instalações da Universidade unicamente para pregarem sua doutrina de **corrupção e má fé** (FERREIRA, 2019, p. 88, grifos do autor).

Entre essas faculdades, a de Medicina foi uma das mais atingidas. O Departamento de Parasitologia foi intitulado de "'vermelho' tanto por admiradores como pelos detratores".

Este departamento se caracterizava pela expressiva presença de militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se conformara em torno da liderança científica e política de Samuel Barnsley Pessoa (HOCHMAN, 2014, p. 27).

Faziam parte do grupo os médicos Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Ruth e Victor Nussenzweig. Os dois primeiros foram demitidos,

junto com outros professores, pelo governador Adhemar de Barros, em 10 de outubro de 1964 (FERREIRA, 2019).

O parasitologista Luiz Hildebrando Pereira da Silva foi eleito membro do Conselho da SBPC, em 1969. Cargo que exerceria até 1973. Em julho de 1980, onze meses depois da aprovação da anistia àqueles punidos pelos Atos Institucionais, Silva participou da 17ª Reunião Anual da SBPC para proferir uma conferência sobre a malária (FERREIRA, 2019).

Silva estaria presente, também, na 17ª Reunião, que aconteceria em clima de otimismo. Segundo o próprio parasitologista, em seu livro *Crônicas subversivas de um cientista*, o evento foi uma oportunidade para comemorar o decreto da anistia, uma "primeira grande vitória contra a ditadura militar", na qual "sem dúvida, a SBPC tinha tido um papel maior – anistia geral, ampla e irrestrita" (SILVA, 2012, n.p. *apud* FERREIRA, 2019, p. 96).

Apesar disso, matéria da *Folha de São Paulo* do dia 07.07.1965 (JAGLE, 1965) falava sobre a ausência de vários pesquisadores que não receberam recursos ou não haviam sido dispensados para participarem da Reunião. A matéria cita, como exemplo, o Instituto Agrônomo de Campinas, que enviaria 35 cientistas para apresentar os trabalhos desenvolvidos na instituição, mas, destes, somente 19 estiveram presentes. Segundo o texto, isso representava uma perda para os novos pesquisadores que poderiam se inspirar nesses trabalhos. Já a Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, de Piracicaba, informaria, por meio de telegrama, que "dificuldades financeiras da Universidade de São Paulo impediram a vinda a Belo Horizonte da delegação de cientistas daquele centro de pesquisa" (JAGLE, 1965, p. 7). O título alegava "Ausência de vários cientistas prejudica a reunião da SBPC" (JAGLE, 1965, p. 7).

As investidas da ditadura militar contra instituições, universidades, professores e cientistas fizeram com que a SBPC ampliasse sua atuação para além do incentivo à pesquisa no país. Agora era urgente defender os cientistas das constantes perseguições (FERREIRA, 2019).

Diante de um cenário de repressão, cassação

de direitos, fechamento do congresso, impossibilidade de criação de partidos, decretação do AI-5 (que endureceria ainda mais o regime), a SBPC promoveria, em seus encontros, a possibilidade de um espaço aberto para discussão:

[...] as reuniões anuais da SBPC se tornaram o local mais democrático, expressivo e abrangente do país para a livre manifestação, principalmente para a apresentação de pautas avessas ao regime militar, como fim da censura, concessão de anistia aos condenados por "crimes" políticos e instalação de uma assembleia nacional constituinte. Do ponto de vista institucional, contudo, a SBPC teve uma relação de prudência com os governos militares (FERREIRA, 2019, p. 102).

Essa ambiguidade do comportamento da SBPC em relação ao governo militar reflete o próprio posicionamento do regime militar em relação à Ciência & Tecnologia; perseguição aos cientistas como "recurso anticomunista" e investimentos em C&T como estratégia no desenvolvimento do país. A SBPC, "no campo político-ideológico [...] se posicionava de modo crítico e contestatório; já no campo das políticas científicas, se dispunha ao diálogo, inclusive com os presidentes militares" (FERREIRA, 2019, p. 103).

A tentativa de se estabelecer um diálogo não significava uma subserviência da Sociedade ao regime militar. Os assuntos ligados à política nacional integravam as discussões das reuniões anuais realizadas no período de exceção. "A partir de meados da década de 1970 as RA [Reuniões Anuais] se tornaram o maior fórum de questionamentos, críticas e manifestações de oposição ao regime militar" (FERREIRA, 2019, p. 113).

Na 20ª Reunião da SBPC, em julho de 1968, poucos meses antes da instituição do Ato Institucional 5 (AI-5), os cientistas convidaram o marechal, então presidente, Artur da Costa e Silva, para um diálogo sobre os problemas do momento, entre eles, a perseguição a professores e cientistas, favorecendo a permanência destes no país e o retorno de outros exilados no exterior (CIENTISTAS QUEREM..., 1968). As matérias de 1968, enfatizavam a possibilidade

da participação do marechal na Reunião, o que acabou não acontecendo. Dessa maneira, o texto com as solicitações ao governo central seria encaminhado após aprovação da assembleia geral. Essa expectativa quanto à presença de Costa e Silva se estenderia à reunião de 1969. Entretanto, esta seria frustrada, já que o presidente enviara um telegrama por meio de seu secretário particular, "comunicando a impossibilidade do seu comparecimento ao certame" (JAGLE, 1969, p. 5).

Energia nuclear: assunto recorrente e polêmico nas reuniões

A energia nuclear foi tema recorrente nas reuniões da SBPC e mereceu destaque na cobertura realizada pelo jornal *Folha de São Paulo*. Ora apoiando, ora criticando, os cientistas observavam com cautela a postura do governo em relação a um possível uso bélico da energia atômica. O país já vinha se posicionando favorável em relação ao desenvolvimento de um programa de energia nuclear desde 1951, no governo Vargas, com a criação do CNPq, através da Lei n. 1.310 e a partir de 1964, com o regime militar, tal posicionamento se intensifica, com a adoção de novos programas e acordos (BRANDÃO, 2020).

Em 1967, por exemplo, os títulos da matéria e de uma coluna apontam para uma visão positiva em relação ao assunto: "Energia atômica: cientistas aplaudem posição do governo" (JAGLE, 1967, p. 3); coluna⁴ "Desenvolvimento nuclear" (DESENVOLVIMENTO..., 1967, p. 4). Isso não significava que o apoio da SBPC era irrestrito. Segundo a coluna, tratava-se do respaldo da "maior organização de cientistas de nosso país", de uma voz de "grande autoridade e ressonância", e que esse apoio se fundamentava em "acurados estudos". Isso não significava, entretanto, um apoio às restrições dos trabalhos dos cientistas nos institutos ou universidades. A SBPC também recomendava que "se deve estabelecer um plano para o desenvolvimento nuclear, com a cooperação de pesquisadores, e que esse plano deve basear-se primeiro no ciclo de urânio natural e depois no

⁴ Coluna, no jornalismo, trata-se de um texto opinativo, normalmente escrito por um jornalista tarimbado no assunto. Neste caso, não há autoria, então pressupõe-se ser uma postura do jornal como um todo.

tório" (DESENVOLVIMENTO..., 1967, p. 4). A entidade salientava que era necessário amparar efetivamente a ciência e a tecnologia no país. Além disso, defendia que um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do Brasil era a ciência e que "esta só pode florescer de maneira plena em clima de liberdade" (DESENVOLVIMENTO..., 1967, p. 4).

Na 25ª Reunião, em 1973, o cenário era outro. A mesa-redonda "Política Nacional de Energia Nuclear", coordenada pelo professor José Goldemberg, diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, foi suspensa dada a ausência das autoridades convidadas.

O objetivo da mesa redonda 'era dar tribuna às autoridades para expor aos cientistas brasileiros o estado atual dos trabalhos no campo da energia nuclear', as razões para esses trabalhos e a filosofia geral que os inspira (POLÍTICA..., 1973, p. 19).

Essa ausência e silêncio em torno da questão nuclear por parte do governo ia ao encontro do que era de praxe nessa área: a questão do segredo (SOUZA, 2009).

O interesse pela energia nuclear era anterior aos governos militares. A criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em 1956, no governo de Juscelino Kubistchek, representou "de fato um passo decisivo na construção de uma política nuclear para o país ao definir diretrizes e planejamentos que preparassem o país para desenvolver a tecnologia nuclear" (SOUZA, 2009, p. 12). Entretanto, a política nuclear se transformaria em uma prioridade durante o regime militar. O acordo entre Brasil e Alemanha pode ser considerado um reflexo disso. Depois de recusas dos Estados Unidos e da França, que se recusavam a se comprometer com a ambição nuclear brasileira, a Alemanha se mostrou a parceira ideal para materializar os objetivos do Brasil: "Ou seja, a transferência integral do ciclo do átomo, que permitiria ao Brasil conseguir sua independência no campo da tecnologia atômica" (SOUZA, 2009, p. 110). O acordo entre esses dois países beneficiaria cada um deles de maneiras distintas. O Brasil via nesse acordo uma oportunidade de

tornar-se autossuficiente na área energética. Já a Alemanha almejava ampliar sua parcela de participação "no mercado internacional de reatores que era liderado" pelos norte-americanos (SOUZA, 2009, p. 110).

A SPBC, por sua vez, questionava o acordo e cobrava mais explicações (CIENTISTAS..., 1975). Em outra chamada na capa do jornal, "O acordo: só apertar botões?", o físico nuclear brasileiro, Roberto Salmeron, dizia que "o acordo nuclear Brasil-Alemanha é um grande erro e reflete um ponto de vista imediatista, que não atenta para a formação de uma tecnologia nuclear nacional, de importância vital para o futuro do País" (CIENTISTAS..., 1975, capa). O jornal destacava também as críticas feitas na Reunião sobre o investimento em energia nuclear em um país com grande potencial hidrelétrico. Outro ponto era a necessidade da ampliação do debate em relação à energia nuclear entre a comunidade científica. Os físicos também se posicionavam contra o uso militar da energia atômica (OLIVEIRA, 1975).

Esses debates em relação ao uso da energia nuclear continuariam nas Reuniões dos anos posteriores. Na abertura da 28ª Reunião, realizada em 1976, em nome do então presidente Ernesto Geisel, o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, comemorava o investimento de 2 bilhões de cruzeiros na formação de recursos humanos no setor nuclear. O objetivo de Velloso era formar "10 mil especialistas no setor nuclear, sendo 4.300 profissionais de nível superior e 5.600 de nível médio" (VELOSO..., 1976, p. 18). Ao mesmo tempo, não havia esse entusiasmo do lado dos físicos. Os cientistas ainda consideravam a postura do governo em relação ao assunto obscura. Na Assembleia Geral da Sociedade Brasileira de Física, que acontecia concomitantemente, à 28ª Reunião da SBPC, os físicos aprovaram, por unanimidade, "a moção de crítica à Nuclebrás, empresa criada pelo poder federal para "administrar o futuro setor nuclear nacional" (PATTI, 2013, p. 52), por proibir seus técnicos de discutirem publicamente os temas nucleares brasileiros. Houve denúncias quanto à retaliação a cientistas, como o professor Artur Verbasse, "cujos trabalhos

deixaram de ser apresentados na SBPC por terem sido embargados pela Nuclebrás" (FÍSICOS..., 1976, capa).

No ano seguinte, 1977, as discussões continuariam em torno dos benefícios, malefícios e custos da energia nuclear. O tom continuava de críticas em relação à postura do governo militar. Na capa da edição de 12.07.1977, o título estampava a fala do especialista do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) do Rio de Janeiro, Frederico Magalhães Gomes: "Houve erros na política nuclear". Ao participar do simpósio "Energia hidrelétrica: avaliação e perspectivas", da 29ª Reunião, Gomes apontava "vários erros cometidos pelo Governo ao tentar justificar a urgência da implantação das usinas nucleares". Além disso, conforme Gomes, o potencial hidrelétrico fora "subestimado nos cálculos oficiais". Gomes apontava também que "os custos da energia nuclear não foram levados em conta, bem como foram desprezados os problemas operacionais verificados em usinas semelhantes, em outros países" (HOUVE..., 1977, capa).

Em 1980, cinco anos após a assinatura do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, o assunto continuava a ser pauta na 32ª Reunião e também na capa do jornal. A conclusão a que os cientistas haviam chegado na mesa redonda "O programa nuclear – uma visão de dentro", era de contrariedade em relação a essa parceria e de que era urgente a realização de um plebiscito popular que decidisse sobre a continuidade ou cancelamento do programa" (NA SBPC..., 1980, capa).

O ápice das discussões sobre a questão nuclear foi na 34ª Reunião, em 1982, em pleno processo de reabertura política, a questão nuclear e o uso militar passavam de um temor para uma ameaça, aparentemente, concreta. A cobertura da *Folha de São Paulo* foi extensa. A Reunião, realizada entre os dias 6 e 14 de julho de 1982, teve cobertura do jornal um dia antes do início e um dia após sua finalização. Nas 11 edições, a SBPC foi destaque em todas. Dessas, a questão atômica foi manchete principal. A manchete principal de um jornal ocupa a parte superior da capa, logo abaixo do

nome e do cabeçalho da publicação. Foi assim com as seguintes manchetes: "Cientistas temem bomba A brasileira" (CIENTISTAS..., 1982, capa); "SBPC condena fabricação de bomba atômica no Brasil" (SBPC..., 1982, capa); "Saem mais duas usinas atômicas para São Paulo" (SAEM..., 1982, capa); "Diretor do CTA nega fabricação de bomba" (DIRETOR..., 1982, capa) e "Desmentido do CTA não desmente nada" (DESMENTIDO..., 1982, capa).

Uma contenda se formou em torno de uma possível fabricação de uma bomba atômica no Brasil, mais especificamente no então Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos. Segundo chamada na capa, havia um sofisticado laboratório com competência técnica e de recursos humanos para tal fabricação, e nada disso havia sido comunicado aos cientistas da área fora dos muros da instituição militar:

O funcionamento de um sofisticado laboratório de pesquisas nucleares, dirigido por militares do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, em São José dos Campos – instalado há quase um ano e cuja existência jamais foi comunicada às entidades científicas brasileiras –, será denunciado na próxima segunda-feira, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (CIENTISTAS..., 1982, capa).

Por meio do jornal, o público leitor pode acompanhar a discussão e as controvérsias entre aquilo negado pelo Ministério da Aeronáutica, por meio do CTA e a afirmação dos físicos da Sociedade Brasileira de Física, após a denúncia feita na Reunião da SBPC sobre a possibilidade da fabricação de uma bomba atômica no Brasil, e o investimento de 2 bilhões de dólares nesse programa. Na edição de 11 de julho de 1982, o diretor do CTA, brigadeiro Lauro Nei Menezes, garantiria que a criação de

[...] um grupo de competência tecnológica, [...], 'não estálva' pretendendo construir uma bomba atômica, mas engajar-se na execução de pesquisas puras e aplicadas e no desenvolvimento de tecnologia de fronteira para atender a programas de relevante interesse nacional (CTA NEGA..., 1982, p. 26).

Menezes afirmava também que o programa espacial brasileiro tinha finalidade civil, com o objetivo "de colocar em órbita quatro satélites

de coletas de dados e de sensoriamento remoto de recursos naturais" (CTA NEGA..., 1982, p. 26).

A celeuma continuaria em todas as edições que contemplaram a cobertura dessa Reunião. Em uma das manchetes citada acima, há um certo tom jocoso, com repetição de palavras, talvez para frisar a redundância e o comunicado feito pelo CTA considerado lacônico pela reportagem: "Desmentido do CTA 'não desmente nada'" (DESMENTIDO..., 1982). Essas palavras reproduzidas – literalmente – na capa do jornal, eram do diretor do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rogério César de Cerqueira Leite, que voltava a reafirmar a denúncia sobre "a bomba brasileira". Leite dizia que "o desmentido do brigadeiro Lauro Nei Menezes diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), [...] não desmentelial nada". Ao mesmo tempo, a reportagem afirmava que Leite alegava que os projetos em andamento no CTA, "por si só não são [eram] suficientes para isso [construção de uma bomba atômica], mas poderão levar naturalmente a outros estágios em que será viável tomar esse caminho" (DESMENTIDO..., 1982, capa). A recomendação do físico era de que o "controle e a decisão sobre as pesquisas de instituições militares como o CTA devem ser funções do Congresso Nacional, na qualidade de representante do povo" (DESMENTIDO..., 1982, capa). A preocupação dos físicos devia-se à "recuperação do urânio enriquecido utilizado nas usinas, pois o material residual, o plutônio, é a matéria-prima para a fabricação de bombas nucleares" (KURAMOTO; APPOLONI, 2002, p. 383), daí a preocupação dos físicos brasileiros em relação ao que poderia estar acontecendo no CTA. Havia muitas incertezas, já que as decisões tomadas acerca desse assunto eram sigilosas ou, no mínimo, obscuras (KURAMOTO; APPOLONI, 2002).

Entretanto, novas investigações têm contribuído para elencar outras possibilidades que teriam motivado o acordo Brasil-Alemanha, em relação ao programa nuclear. Rafael Vaz da Motta Brandão defende a existência de interesses econômicos ancorando tais acordos, movidos

principalmente pelo setor privado. Em artigo recente, o autor defende que:

A hipótese defendida neste artigo orienta-se no sentido de que o programa nuclear brasileiro e o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha não podem ser entendidos apenas como produto dos interesses militares voltados para a produção da bomba atômica e de armas nucleares. Embora tais interesses devam ser considerados, devem ser também observados os interesses econômicos que o envolvem. Assim, longe de significar uma autonomia tecnológica para o desenvolvimento nucleoeletrônico brasileiro, o acordo nuclear representou um aprofundamento da dependência tecnológica atendendo, fundamentalmente, aos interesses das empresas multinacionais alemãs, em especial da Siemens (BRANDÃO, 2020, p. 126).

Considerações finais

As Reuniões Anuais da SBPC foram assuntos – ou pautas – frequentes e constantes entre os anos 1964 e 1985. Nesses 21 anos, o assunto figurou como um dos mais importantes, tendo destaques em chamadas na capa e também como manchetes principais. Especialmente quando o assunto era a energia nuclear e uma potencial ameaça de uma construção de bomba atômica no Brasil.

Na maioria dos anos, foram designados enviados especiais, alguns dos nomes presentes até hoje na cobertura de assuntos ligados à Ciência & Tecnologia, como, por exemplo, o jornalista Ulisses Capozzoli. Nesses anos, as Reuniões foram realizadas em todas as regiões brasileiras. Em estados como o Pará, eram enviadas equipes para a cobertura do evento, algo que demandava investimento de recursos financeiros e humanos.

No que tange aos assuntos tratados, eles foram mudando conforme o processo de redemocratização se fortalecia. Foram abordados assuntos como política científica e tecnológica para o desenvolvimento do país; natalidade; ecologia; poluição; questões indígenas; Amazônia, entre outros (ainda tão atuais). Entretanto, o que ganhou destaque no jornal foram as discussões sobre a energia atômica e a possibilidade de fabricação de uma bomba atômica no Brasil. A questão atômica era um assunto que possuía características e preocupações que envolviam

política, necessidade de participação pública, segredos e sigilos no estabelecimento de acordos, proximidade (já que, segundo a Sociedade Brasileira de Física, era concreta a possibilidade de uma bomba atômica genuinamente brasileira), e o uso do poder nuclear para fins bélicos. Ou seja, elementos que transformavam o assunto em uma pauta de interesse público, dos cientistas e do próprio jornal. A cobertura procurou dar voz a todos os envolvidos, com ênfase maior aos cientistas participantes das Reuniões Anuais da SBPC. Isso demonstra o importante espaço de discussão que esses encontros representavam em um momento de silenciamento e de repressão.

Referências

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Ditadura, política nuclear e interesses empresariais: a participação da Siemens no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha. *Revista Continentes*, Seropédica, ano 9, n. 16, p. 124-155, 2020. Disponível em: <https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/download/275/199>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ministro Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão*. Brasília: Ministério da Educação, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/ministro-raymundo-augusto-de-castro-moniz-de-aragao>. Acesso em: 1 nov. 2022.

CANAL CIÊNCIA. Djalma Guimarães. *História das Ciências*, Brasília, [2023]. Disponível em: https://canalciencia.ibict.br/historia-das-ciencias/cientista/?item_id=23372. Acesso em: 29 ago. 2022

CIENTISTAS em Rib. Preto iniciam hoje reunião anual. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jul. 1964. 2º Caderno, p. 3.

CIENTISTAS JÁ estão em SP para reunião anual. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1968. Capa.

CIENTISTAS querem mais explicações. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1975. Capa.

CIENTISTAS QUEREM o diálogo com Costa e Silva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1968. 1º Caderno, p. 5.

CIENTISTAS temem bomba A brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1982. Capa.

COMEÇA amanhã reunião da ciência em BH. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1965. Capa.

CTA NEGA a construção da bomba atômica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1982. Educação, p. 26.

DESENVOLVIMENTO nuclear. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1967. 1º Caderno, p. 4.

DESMENTIDO do CTA "não desmente nada". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1982. Capa.

DIAS, Luiz Antonio. Imprensa e poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR, 4., 2011, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/BV-AE-OPP-LuizAntonioDias.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2022.

DIRETOR do CTA nega fabricação da bomba. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1982. Capa.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ERBOLATO, Mário de Lucca. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000.

FERREIRA, José Roberto. A SBPC no governo dos generais (1964-1985). In: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto (org.). *Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. São Paulo: SBPC, 2019. p. 73-120.

FIORAVANTI, Carlos. Nasce a SBPC, cresce a ciência brasileira. In: NADER, Helena Bonciani; BOLZANI, Vanderlan da Silva; FERREIRA, José Roberto (org.). *Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. São Paulo: SBPC, 2019. p. 51-71.

FÍSICOS exigem debate de questões nucleares. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1976. Capa.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 26-31, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400011>. Acesso em: 7 dez. 2022.

HOUVE erros na política nuclear. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1977. Capa.

JAGLE, Abram. Ausência de vários cientistas prejudica reunião da SBPC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 jul. 1965. 1º Caderno, p. 7.

JAGLE, Abram. Cientistas de amanhã: vence o jovem Yoshiaru Waki. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1964a. Assuntos Diversos, p. 10.

JAGLE, Abram. Cientistas pedem ao governo liberdade para trabalhar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1964b. 3º Caderno, p. 9.

JAGLE, Abram. Cientistas reúnem-se em P. Alegre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1964c. 1º Caderno, p. 5.

JAGLE, Abram. Cientistas: Costa envia mensagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1969. 1º Caderno, p. 5.

JAGLE, Abram. Energia atômica: cientistas aplaudem posição do governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1967. 1º Caderno, p. 3.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 379-392, dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6612>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.30624>. Acesso em: 11 nov. 2023.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald Lewis. The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 36, n. 2, p. 176-187, Summer 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/267990>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. São Paulo: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X009016002>. Acesso em: 11 nov. 2023.

NA SBPC, é condenado o plano nuclear. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1980. Capa.

OLIVEIRA, José Maurício de. Físicos contra utilização para fim militar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1975. Educação, p. 16.

PATTI, Carlo. O programa nuclear brasileiro: entre o passado e o futuro. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, v. 14, n. 140, p. 49-55, nov./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4825/4393>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*. São Paulo: Publifolha, 2009.

POLÍTICA nuclear: reunião foi suspensa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1973. Educação, p. 19.

RODRIGUES, Sílvio. Jorge Americano. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, v. 65, p. 21-35, 1970. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66600>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SAEM MAIS duas usinas atômicas para São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1982. Capa.

SBPC CONDENA bomba "A brasileira". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1982. Capa.

SILVA, Maurício Rocha e. Ciência em crise. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 678-680, 1969.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). *Quem somos*. São Paulo: SBPC, 2023. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/quem-somos/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975: questão nuclear na estratégia de valorização internacional brasileira no contexto do pragmatismo responsável do governo Geisel*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13159/1/Dissertacao%20Fabiano.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

VELOSO exalta a prioridade concedida aos cientistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1976. Educação, p. 18.

Elizabeth Mayumy Kobayashi

Jornalista, doutora em História das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz), mestre em Política Científica e Tecnológica (Instituto de Geociência – Universidade Estadual de Campinas – IGE/Unicamp). Pós-doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar). Docente e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP). Coordenadora do Laboratório de Comunicação (LABCOM/UNIVAP).

Maria Aparecida Papali

Historiadora, Doutora em História Social e mestre em História do Brasil (PUC/SP) Docente e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica do IP&D/UNIVAP. Coordenadora do CEHVAP (Centro de História e Memória da UNIVAP).

Endereço para correspondência:

Elizabeth Mayumy Kobayashi/Maria Aparecida Papali
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D)
Avenida Shishima Hifumi, 2911
Urbanova, 12244390
São José dos Campos, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.